

ANTROPOLOGIA, ANTIRRACISMO, DESCOLONIZAÇÃO

QUANDO CONHECER AS CULTURAS VIRA UMA ESTRATÉGIA PARA SUPERAÇÃO DO RACISMO?
DE QUE FORMA A IDEIA DE "RAÇA" DEIXA DE SER FATOR DE SEGREGAÇÃO PARA SE TORNAR UM
ELEMENTO AGLUTINADOR DOS POVOS CONSIDERADOS "INFERIORES"?
COMO OS NEGROS E NEGRAS SE APROPRIAM DO CONCEITO DE RAÇA?

ANTROPOLOGIA E O ANTIRRACISMO

No momento em que a *Antropologia social ou cultural* afastava-se do conceito de raça no estudo das sociedades, assistia-se ao surgimento do nazismo e das ações políticas de segregação e extermínio baseadas na raça. Ao final da II Guerra Mundial, os/as intelectuais engajados/as se viram obrigados/as a um esforço mais sistemático de divulgação científica para a superação definitiva da ideia de raça que, **embora quase desaparecida do centro do debate científico, entrara com toda a força na esfera da política e da sociedade.**

Ao final da II Guerra Mundial, os/as intelectuais engajados/as se viram obrigados/as a um esforço mais sistemático de divulgação científica para a superação definitiva da ideia de raça.

Como apresentado no Módulo I, a ONU, surgida imediatamente após a II Guerra, criou a UNESCO (1946) com o intuito explícito de compreender as causas da guerra, especialmente as suas motivações raciais. Nesse pós-guerra, acontecia também a institucionalização da segregação racial na África do Sul, o *apartheid*, e as colônias africanas e asiáticas intensificavam a luta pela independência política, recolocando em pauta a questão racial. Embora já tenhamos falado sobre esses temas, mais à frente aprofundaremos o impacto provocado por tais momentos históricos.

Em 1951, um conjunto de cientistas sociais e outros/as especialistas reunidos pela UNESCO publicaram a **1ª DECLARAÇÃO SOBRE RAÇA**, negando qualquer relação entre características físicas e atributos morais ou disposições psicológicas. Vários documentos foram publicados ao longo dos anos 1950, entre os quais o mais famoso foi o escrito por Claude Lévi-Strauss, intitulado "Raça e História". Nessa obra, o antropólogo refuta de forma cabal o evolucionismo e o etnocentrismo e defende a importância da diversidade das culturas para o patrimônio da humanidade.

1ª DECLARAÇÃO SOBRE RAÇA

Veja também a 4ª Declaração da UNESCO sobre raça e preconceitos raciais, de 1978. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/discrimina/dec78.htm> acesso em 28 de abril de 2010.

Uma das recomendações da UNESCO foi a substituição do termo raça por etnia, tido como mais próximo do significado cultural, marco pelo qual se passa a descrever a diversidade das sociedades humanas. Entretanto, **o que se nota é que a mudança do termo nem sempre significou a mudança de significado.** *Cultura*, em suas diferentes concepções, foi pensada por vezes mais como um conjunto de traços, crenças e costumes ordenados de forma estática do que como uma estrutura dinâmica que se transforma pelo processo histórico. Assim, *cultura* assimilou a mesma concepção naturalizada de raça, como conjunto de caracteres visíveis e hereditários dentro de um agrupamento humano.

DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA E ÁSIA: IDENTIDADE E LUTA RACIAL

Como mencionado, o final da Segunda Guerra Mundial assistiu à transformação que mudou a face política mundial do século XX. Trata-se da ascensão à independência dos países asiáticos e africanos.

por guerra ou por negociação, um dos mais importantes instrumentos de luta dos povos colonizados foi a produção das ideologias que se centravam em alguns aspectos fundamentais.

A *descolonização* foi o processo histórico e político, que se traduziu na obtenção gradativa da independência das colônias europeias situadas na Ásia e na África. **A conquista das independências se processou por duas formas**, por vezes combinadas. Uma, **pela política de concessões de autonomia**, que se deu de forma sucessiva e em crescentes etapas, **segundo a potência colonizadora** e, sobretudo, a **especificidade de cada colônia**. Outra, **pelas lutas de independência**, por meio de greves, revoltas e movimentos clandestinos, **algumas desembocando em guerras anticoloniais**. Neste texto, vamos nos deter apenas no caso africano.

Sendo por guerra ou por negociação, um dos mais importantes instrumentos de luta dos povos colonizados foi a produção das ideologias que se centravam em alguns aspectos fundamentais: **a produção de uma identidade comum africana**, até então inexistente no continente, **a formulação dessa identidade pela revalorização de suas histórias e culturas e a ressignificação de raça como um valor positivo** e símbolo de luta contra o racismo.

É preciso ressaltar que essa produção foi obra de um grupo de intelectuais e ativistas africanos/as. A maioria deles fez sua formação universitária e política no exterior e absorveu as idéias revolucionárias euro-americanas. Passou a organizar a contestação ao poder colonial, ao lado das populações urbanas e rurais. Essa elite política e cultural reelaborou o pensamento revolucionário da época, produzindo ideologias e programas políticos assentados na realidade de seus países e num passado histórico referenciado como instrumento de luta, como o resgate dos antigos reinos da África Ocidental e a busca de referência no Antigo Egito. Muitos desses quadros foram os primeiros dirigentes políticos dos novos países africanos.

O caráter amplo e mesmo difuso dessas ideologias se deveu à exigência de resposta à atuação globalizante e igualmente genérica do colonialismo e do racismo. São ideologias que ultrapassaram os limites locais – étnicos, linguísticos ou regionais – e ganharam dimensão continental, constituindo uma solidariedade racial e cultural.

As principais ideologias desenvolvidas no período foram o ***Pan-africanismo*** e a ***Negritude***.

A ideologia *pan-africanista* surgiu de um sentimento de solidariedade e consciência de uma origem comum entre os/as negros/as das Antilhas e dos Estados Unidos, **envolvidos numa luta semelhante contra a violenta segregação racial que sofriam**. Essa solidariedade difusa data da segunda metade do século XIX sem que, no entanto, tenha tido uma organização política continental, permanecendo o combate ao racismo ligado à especificidade de cada país americano.

Sylvester Williams, advogado negro de Trinidad, foi o primeiro a utilizar o termo *pan-africanismo* e tinha como foco a denúncia da expropriação das terras dos/as sul-africanos/as negros/as pelos/as boêres e ingleses/as. ***Du Bois***, porém, é considerado o criador do *pan-africanismo*. Em sua luta, opôs-se, nos Estados Unidos, tanto ao reformismo de Booker T. Washington, quanto ao ***sionismo negro*** de Marcus Garvey. O primeiro condicionava a possibilidade de igualdade racial à melhoria de situação dos/as negros/as, de modo a poderem competir com os/as brancos/as; o segundo, favorável a um retorno dos/as negros/as à África, fundou para isso uma companhia de navegação e, utilizando o seu grande poder carismático, mobilizou dezenas de milhares de pessoas. Du Bois, por sua vez, foi o primeiro *pan-africanista* a expressar a convicção de que a unidade de luta dos/das negros/as americanos/as e antilhanos/as com os/as africanos/as deveria basear-se na compreensão de que a dominação que sofriam tinha uma mesma raiz: o capitalismo. Ele foi o organizador dos cinco primeiros Congressos Pan-africanos: Paris, 1919; Londres, 1921; Londres e Lisboa, 1923; Nova York, 1927; e Manchester, 1945. Este se constituiu numa virada do pan-africanismo, que, de movimento cultural de intelectuais negros, sobretudo das Américas, passou a ser um instrumento de luta política pela independência da África, particularmente das colônias inglesas da África Ocidental.

A *negritude* foi formulada pela primeira vez pelo poeta e político antilhano Aimé Césaire, no poema *Cahier d'un retour au pays natal*, publicado em Paris em 1938. Entretanto a *negritude* teve em Léopold S. Senghor seu principal teórico:

Du Bois foi o primeiro pan-africanista a expressar a convicção de que a unidade de luta dos/das negros/as americanos/as e antilhanos/as com os/as africanos/as deveria basear-se na compreensão de que a dominação que sofriam tinha uma mesma raiz: o capitalismo.

"Objetivamente, a negritude é um fato: uma cultura. É o conjunto dos valores - econômicos e políticos, intelectuais e morais, artísticos e sociais - não somente dos povos da África Negra, mas também das minorias negras da América e, inclusive, da Ásia e Oceania (...). É, em suma, a tarefa a que se propuseram os militantes da negritude: assumir os valores da civilização do mundo negro, atualizá-los e fecundá-los, quando necessário com as contribuições estrangeiras, para vivê-los em si e para si, mas também para fazê-los viver por e para os Outros, levando assim a contribuição de novos Negros à Civilização do Universal" (SENGHOR, 1972:15).

Tendo como principal foco de irradiação a revista *Présence Africaine* – criada em Paris, em 1947, por intelectuais negros/as preocupados/as em descolonizar o estudo da história africana – a *Negritude* constituiu, especialmente nas colônias francesas, a expressão cultural do *pan-africanismo*.

Noção polêmica, ela foi rejeitada por Césaire:

"Senghor e eu inventamos e demos conteúdo ao conceito e ao movimento, da negritude. Mas meu amigo Senghor e eu não estamos mais de acordo sobre a sua noção e sua prática. Ele parece ter feito dela uma metafísica" (Apud, PEREIRA, 1978:63).

Tal afirmação está ligada ao idealismo histórico que marca a *negritude*, quando esta pressupõe culturas raciais ou continentais. **Amílcar Cabral**, líder da luta pela independência da Guiné-Bissau, observa:

"Sem pretender minimizar a importância de tais teorias e 'movimentos', que devem ser entendidos como tentativas, bem ou mal sucedidas, de encontrar uma identidade e como meios de contestação da dominação estrangeira, podemos, em todo caso, afirmar que uma análise objetiva da realidade cultural conduz à negação da existência de culturas raciais ou continentais. Em primeiro lugar, porque a cultura, como a história, é um fenômeno em expansão intimamente ligado à realidade econômica e social do meio, ao nível das forças produtivas e aos métodos de produção da sociedade que a criou. Em segundo lugar, porque o desenvolvimento da cultura se produz de forma desigual, tanto em um continente quanto em uma 'raça' e até em uma sociedade. As coordenadas da cultura, como as de todo o fenômeno em desenvolvimento, variam no espaço e no tempo, tanto em seu sentido material (espaço e tempo físicos) quanto humano (biológicos e sociológicos)". (PEREIRA, 1978: 63 e 64)

a raça tornou-se um poderoso aglutinador identitário que operou a retomada de autonomia política e conscientização histórica e cultural desses mesmos povos agora dignificados.

É no sentido da identidade étnica de fundo político e cultural que devem ser compreendidos, a partir do século XX, os usos e os sentidos da *negritude* e a produção de uma "cultura negra".

A crítica de Césaire e a observação de Cabral expõem os dilemas e paradoxos da transferência de um conceito forjado pelo cientificismo europeu de cunho biologizante e essencialista, para a construção de uma base identitária mais ampla, de fundo político e cultural. **A raça assim foi profundamente ressignificada e transformada.** Se antes foi o principal instrumento de cunho cientificista que construiu a homogeneização e a humilhação de povos e culturas e justificou a opressão sobre eles, a *raça* tornou-se um poderoso aglutinador identitário que operou a retomada de autonomia política e conscientização histórica e cultural desses mesmos povos agora dignificados.

É no sentido da *identidade étnica* de fundo político e cultural que devem ser compreendidos, a partir do século XX, os usos e os sentidos da *negritude* e a produção de uma "cultura negra", **pen-**

sada ora como uma herança, ora como um produto da luta e da afirmação étnica de vastos conjuntos de pessoas em vários continentes, unidos pela mesma “origem” e por uma história semelhante de dominação. É também nesse sentido que é apropriado o conceito judaico da “diáspora”, para se referir aos/às descendentes de africanos/as espalhados/as pelo mundo devido ao tráfico negro.

A recuperação da história vivida no período escravista nas Américas foi fundamental para a organização de uma identidade negra que religa os dois continentes atlânticos. **A História torna-se, nesse período, um dos campos de luta cruciais para a reconstrução da memória e da “identidade negra”** após as independências africanas e para dar lastro às lutas antirracistas nas Américas, tema que aprofundaremos na Unidade 4 deste módulo, ao abordar a luta dos movimentos negros no Brasil. Assistiu-se a uma nova historiografia, produzida dentro e fora da África, que superou as antigas narrativas coloniais que negavam historicidade ao continente.

Já a Antropologia transformou-se intensamente nesse período de mudanças. Profundamente em crise pela “perda de seu objeto”, as supostas “sociedades primitivas”, e sendo rejeitada pelas populações das ex-colônias que recusavam exercer o papel de objeto de estudo exotizado, a antropologia passou a incorporar, na sua análise, as transformações históricas e as mudanças intensas pelas quais passavam o continente e a repensar as relações de sujeito e objeto nas relações com os povos estudados. Passou a utilizar um novo conceito de cultura, mais dinâmico, capaz de incorporar a história na análise das sociedades. Abandonou o conceito de *aculturação*, no qual a mudança supunha o fim da “autenticidade cultural”. Assim, a antiga ideia de perda ou manutenção de traços culturais tomados isoladamente fora do contexto histórico caiu em desuso nas teorias antropológicas. Os conceitos de *etnicidade* e *identidade* passaram então para o primeiro plano da investigação antropológica.

AS TRANSFORMAÇÕES DO CONCEITO DE ETNIA

É a percepção da diferença e não a diferença objetiva de traços culturais (como língua, religião, origem comum, costumes) que define o grupo étnico como tal.

Etnia, ou grupo étnico veio a substituir o desgastado termo “tribo”. A definição tradicional de etnia supõe um grupo social identificado por uma origem comum – real ou imaginária – partilhando elementos culturais comuns como língua, religião, costumes e vivendo num mesmo território. Os elementos culturais, nessa definição, aparecem como elementos estáticos como pertencentes desde o início dos tempos àquele conjunto de pessoas. Etnia, nessa perspectiva, tem uma dimensão a-histórica.

Posteriormente, a **etnia passou a ser definida como fruto de um processo classificatório e relacional, por meio do qual um grupo social se distingue de outros a partir de traços historicamente construídos. Os grupos étnicos deixaram de ser compreendidos como coletividades naturalmente portadoras de uma cultura específica e inalterável**, ou uma coletividade que, caso perdesse certos traços culturais constitutivos, estaria em risco de desaparecer enquanto grupo diferenciado.

A distinção entre a identidade do grupo étnico e seu “estoque cultural” possibilitou que a identificação dos grupos étnicos não se realize apenas pela avaliação objetiva de traços culturais. Assim, **o grupo étnico pode ser definido com referência a sua autoidentificação, a partir de e em relação à identificação que dele fazem outros grupos com os quais tem contato.** A ênfase recai, portanto, nos aspectos relacionais da identificação étnica, ou seja, a identidade emerge fundamentalmente da situação de contato, seja com grupos de mesmo tipo, seja com grupos ou sociedades circundantes ou hegemônicas. É a percepção da diferença e não a diferença objetiva de traços culturais (como língua, religião, origem comum, costumes) que define o grupo étnico como tal. Nessa nova visão, o conceito de cultura passa a ser visto menos como traços ou elementos significativos em si, mas como a forma política e histórica de agenciamento desses traços.

A ideia da construção da diferença e da identidade a partir da relação com outros grupos é fundamental para compreendermos por que, com a colonização, a identidade negra surgiu primeiro no contexto escravista das Américas e só posteriormente na África. Faz compreender também por que **a escolha da identidade racial como aglutinadora, posto que foi essa a forma pela qual o Ocidente impôs a sua representação da África sobre o próprio continente.**

A identidade étnica pode ser definida pelo sentimento de pertença a um grupo, decorrente da partilha de modos de vida e de processos históricos comuns.

Assim, a identidade étnica depende não apenas da autoidentificação do grupo, mas também de ser identificado como tal por outros grupos. Nesse sentido, a identidade negra assumida pelos/as africanos/as e afro-descendentes parece estar em continuidade com a forma pela qual o Ocidente a definiu, a partir de uma categoria racial. Entretanto, a diferença está na transformação operada nos novos significados atribuídos ao/a negro/a, no sentido de posituação dessa identidade.

A identidade étnica pode ser definida pelo sentimento de pertença a um grupo, decorrente da partilha de modos de vida e de processos históricos comuns. **A memória coletiva é uma dimensão importante da identidade étnica,** expressa em crenças comuns, na corporalidade, nas práticas coletivas. Estudos demonstram que a memória – individual ou coletiva – é continuamente transformada, ela é uma dimensão do tempo presente. Portanto, **a reconstrução da memória, especialmente na mobilização dos grupos e na luta política,** foi um fenômeno que **passou a ser considerado pelas ciências sociais** não como uma invenção ou uma fraude, mas **como uma dimensão crucial da produção de grupos sociais.**

“raça”, não no sentido biológico, mas no sentido político, assume o significado de identificação étnica.

O fenômeno da *etnicidade* nada mais é que a mobilização da identidade étnica para fins políticos. Tal mobilização realça certos elementos ou características em detrimento de outros, visando a marcar a diferença de posição em relação a outro(s) grupo(s) ou sociedade circundante. A identificação étnica se distingue a princípio de outras identidades – de gênero, sexual, regional – pelo recurso a signos culturais. Entretanto, nesse recurso, a etnicidade ressalta determinados signos e não outros, operando o que se chama de *manipulação* de determinados elementos culturais, tornados

sinais diacríticos, ou seja, sinais que demarcam a diferença, a oposição em relação a outros grupos.

Essa identidade é pautada numa experiência histórica comum (a colonização ou a escravização, por exemplo) e numa origem comum (no caso, da diáspora africana). Assim, “raça”, não no sentido biológico, mas no sentido político, assume o significado de identificação étnica.

GLOSSÁRIO

Apartheid - é o termo usado para identificar uma política de segregação racial. O termo significa *separação* em africâner e foi adotado em 1948, na África do Sul, para nomear o governo no qual o poder era dos homens brancos, que mantinham os/as negros/as segregados/as e impedidos/as de serem cidadãos. Nelson Mandela, que passou 25 anos preso, é identificado como um dos principais líderes da luta contra o Apartheid na África do Sul. O regime foi abolido em 1990 por Frederik de Klerk. E, em 1994, foram realizadas eleições livres.

Pan-africanismo - o termo pan-africanismo foi utilizado pela primeira vez por Sylvester Williams, advogado negro de Trinidad, durante uma conferência promovida por intelectuais negros/as em Londres, em 1900. Williams não enfatizava ainda a unificação da África, dividida pelas potências europeias. Ele clamava contra a expropriação das terras dos/das sul-africanos/as negros/as pelos/as boêres e ingleses/as e reivindicava o direito dos/das negros/as à sua própria personalidade. Embora centrada no plano cultural, essa reivindicação ocasionará a organização do I Congresso Pan-africano, realizado em Paris, em 1919, sob a liderança de W. E. B. Du Bois.

Negritude ou Négritude em francês - foi uma corrente literária de valorização da cultura negra, que agregou escritores/as negros/as africanos/as e afrodescendentes, vítimas da colonização francesa. O termo foi criado por Aimé Césaire, em 1935, na revista *O estudante negro* (nº 3), para afirmar a identidade e a cultura negra perante a cultura francesa dominante. Ao exaltar os valores culturais dos povos negros, *Negritude* trouxe a base ideológica para o movimento de independência dos países africanos. Em 1947, foi lançada a revista *Presença Africana* em Dakar e Paris, que reuniu jovens intelectuais negros/as de todas as partes do mundo. Eles receberam apoio de intelectuais, entre os quais Jean Paul Sartre, que definiu negritude como *a negação da negação do homem negro*. Na língua francesa o termo *nègre* é a forma pejorativa para designar os/as negros/as. O termo adequado é *noir*.

W.E.B. Du Bois - William Edward Burghard Du Bois nasceu de uma família negra de classe média, em Massachusetts, em 1868, e morreu, com 95 anos, em Gana, em 1963. Diplomado em Economia e História pelas universidades de Fisk e Harvard, nos Estados Unidos, e em Sociologia pela Universidade de Berlim, na Alemanha, ele criou, em 1908, a NAACP - Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor - e foi o redator-chefe da revista *Crisis*, órgão da NAACP. Acusado pelo macarthismo de comunista, exilou-se em Gana. Ganhou o Prêmio Lênin da Paz, em 1959. Deixou uma obra de mais de 15 livros escrita, sobretudo, entre 1896 e 1946, entre os quais: *The Souls of Black Folk* (1903), *Colour and Democracy* (1945) e *The World and Africa* (1946).

Sionismo negro - Sionismo é o nome dado ao movimento internacional judeu que resultou na criação do Estado de Israel. O sionismo negro propõe a mesma ideia – a criação de um estado negro na África. Na virada do século XIX para o XX, nasceu um movimento no continente americano para reabilitar as civilizações africanas, restaurar a dignidade dos/as negros/as e estimular a volta ao continente africano.

Amílcar Cabral - (1924-1973) agrônomo, foi um político da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Em 1959, fundou com um grupo, de forma clandestina, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Em 1963, teve início, na Guiné-Bissau, a luta armada. Amílcar Cabral foi perseguido com os outros líderes e, em 1973, foi assassinado por dois membros de seu partido. A partir de sua morte, a luta armada se intensificou e, no mesmo ano, foi declarada a independência do país, e seu irmão, Luís Cabral, foi nomeado como o primeiro presidente.

RAÇA, CULTURA E ÉTNIA

QUAIS SABERES E CIÊNCIAS CONSEGUIRAM QUESTIONAR O RACISMO CIENTÍFICO?

DE QUE FORMA?

POVOS PRIMITIVOS E POVOS CIVILIZADOS, RAÇAS INFERIORES E RAÇAS SUPERIORES... HÁ ALGUM SENTIDO NESSAS CONTRAPOSIÇÕES?

O QUE LEVOU AS CIÊNCIAS A DESCONSIDERAREM AS HISTÓRIAS DOS POVOS NÃO EUROPEUS?

QUANDO CONHECER AS CULTURAS VIRA UMA ESTRATÉGIA PARA SUPERAÇÃO DO RACISMO?

DE QUE FORMA A IDEIA DE "RAÇA" DEIXA DE SER FATOR DE SEGREGAÇÃO PARA SE TORNAR UM ELEMENTO AGLUTINADOR DOS POVOS CONSIDERADOS "INFERIORES"?

COMO OS NEGROS E NEGRAS SE APROPRIAM DO CONCEITO DE RAÇA?

O desenvolvimento da Antropologia, a partir de finais do século XIX, tomou caminhos que acabaram por questionar os pressupostos da Antropologia racista. A emergência do trabalho de campo como método por excelência, para a obtenção e construção dos dados primários sobre os quais os/as antropólogos/as faziam suas análises, foi um importante fator para esse questionamento. Diferente dos/as *antropólogos/as evolucionistas*, que compilavam descrições de rituais e costumes a partir de relatos de viajantes, administradores/as coloniais e missionários/as, alguns/as antropólogos/as passaram, eles/elas mesmos/as, a visitar povos distantes e a realizarem eles/elas mesmos/as suas observações *in loco* de forma a testar suas teorias. Dois dos "pais fundadores" da chamada antropologia moderna, Franz Boas e Bronislaw Malinowski, foram os precursores da estadia prolongada numa mesma sociedade e da concentração, no mesmo profissional, do trabalho de recolha de dados e de interpretação dos mesmos, que é conhecido como *método etnográfico*.

A antropologia moderna passou a defender que um elemento cultural só faria sentido tendo em vista a totalidade na qual ele era uma parte.

O avanço das pesquisas antropológicas baseadas no trabalho de campo favoreceu uma abordagem totalizante das sociedades ditas primitivas. Antes, a antropologia evolucionista buscava comparar traços culturais e instituições de várias sociedades para formular hipóteses sobre a evolução de determinada instituição. Por exemplo, a comparação entre regras de casamento e parentesco de diversas "sociedades primitivas" possibilitou a Morgan elaborar sua teoria sobre a evolução do casamento que passava por uma suposta etapa de "promiscuidade primitiva", evoluindo depois para o "matriarcado", depois patriarcado, poligamia e, por fim, a monogamia que, enquanto forma de organização familiar ocidental, seria tida como a forma mais avançada.

A antropologia moderna passou a defender que um elemento cultural só faria sentido tendo em vista a totalidade na qual ele era uma parte. Assim, **determinada regra de casamento, ou ritual religioso, só se poderia entender tomando em conta outros aspectos da mesma sociedade**, como organização econômica, meio ecológico, relações de poder, cosmologia etc; **não havendo sentido a comparação com outras sociedades e muito menos a definição de uma linha evolu-**

tiva. A compreensão de que cada sociedade tinha formas próprias de organização e formava um *sistema* único e coerente em si mesmo abriu caminho para uma concepção de cultura como um todo articulado, composto de partes interdependentes que possuem uma lógica tal, que apenas pode ser descoberto levando em consideração o “ponto de vista nativo”. Ou seja, **a forma como os nativos entendem e explicam sua própria cultura deverá ser levada em consideração para a explicação do sentido da sociedade ou da cultura em questão.**

Os seres humanos e suas formas de vida eram muito mais produtos do seu meio, de suas histórias, das trocas que realizavam entre si, do que de características biológicas.

Essa nova abordagem teórica e metodológica foi desacreditando pouco a pouco as grandes teorias evolucionistas tão abrangentes quanto difíceis de serem demonstradas.

Já a Antropologia Física recebeu um duro golpe dentro de seu próprio campo. **Franz Boas**, em suas pesquisas sobre imigrantes europeus nos Estados Unidos, **provou por intermédio dos mesmos instrumentos craniométricos, que as diferenças raciais entre grupos humanos não eram suficientes para comprovar diferenças**

morais, de habilidades ou comportamentos. Isto se dava porque as características raciais (como tamanho do crânio) não eram estáveis, mas podiam variar ao longo do tempo, de acordo com o meio ambiente e condições de vida. Os seres humanos e suas formas de vida eram muito mais produtos do seu meio, de suas histórias, das trocas que realizavam entre si, do que de características biológicas, sendo que estas mesmas também eram mutáveis.

Perceba-se que Boas não questionava a possibilidade da existência de raças humanas. A refutação da ideia de raça enquanto uma realidade biológica só aconteceu décadas depois, com o avanço dos estudos da genética. O que Franz Boas defendeu foi a ausência de ***de-terminismo racial*** nas capacidades morais e intelectuais humanas. Desse modo, nas primeiras décadas do século XX, o conceito de raça como explicador das diferenças entre pessoas e grupos humanos foi sendo esvaziado na comunidade antropológica em prol de outro conceito que a partir daí ganhou importância crescente: a *cultura*.

o conceito de raça como explicador das diferenças entre pessoas e grupos humanos foi sendo esvaziado na comunidade antropológica em prol de outro que a partir daí ganhou importância crescente: a cultura.

Franz Boas, inaugurador da Antropologia Cultural nos Estados Unidos, foi quem mais se dedicou ao refinamento do conceito de cultura, a qual foi pensada em duas direções. Uma, na direção da cultura como totalidade, como expressão de uma dada sociedade em todas as suas esferas (econômica, material, religiosa, organizacional, artística, cosmológica). Outra, na cultura como produto histórico, cujo desenvolvimento depende das trocas e relações internas ao grupo e entre grupos num dado meio geográfico.

A desconsideração da história dos chamados povos primitivos tem como motivação explícita a alegada ausência de fontes escritas, típicas de sociedades orais com desenvolvimento tecnológico baixo. Entretanto, a recusa de especular sobre a história dos povos não ocidentais não esconde a **antiga concepção etnocentrista da “ausência de história” dos povos não europeus.** Era como se os “povos primitivos” estivessem congelados

no tempo e suas culturas e sociedades fossem imutáveis, sendo transformadas apenas com a chegada do colonizador. **Parecia que a história teria passado a existir apenas com a chegada dos europeus.**

A discussão sobre a história é fundamental, porque está relacionada com a reflexão sobre a mudança cultural na teoria antropológica. A concepção de cultura dessa primeira metade do século XX via a história, basicamente, como um conjunto estável, ordenado e coerente; comparando-a com um organismo biológico, seus elementos estariam relacionados e interdependentes, ao ponto de uma simples mudança em algum dos elementos alterar, ou até mesmo desarticular, todo o resto. Durante muito tempo, a percepção mais comum era a de que a transformação das culturas e das “sociedades primitivas” estava relacionada à dominação colonial, tratando-se mudança no sentido de “perda cultural”, perda das práticas e significados culturais da sociedade, posto que a mudança alteraria seu equilíbrio ou sua ordenação interna. O termo utilizado pela antropologia americana para os processos de mudança cultural chamou-se *aculturação*.

A transformação do conceito de cultura em Antropologia se deu de forma associada à reinvenção do conceito de *etnia*. *Etnia* e cultura são concepções centrais na Antropologia. ***Etnia*, que inclusive empresta seu nome para o termo quase sinônimo de antropologia, a *etnologia*, veio praticamente substituir outro termo em voga, o de *tribo*, na referência às chamadas “sociedades primitivas”.** Ambas referem-se, a princípio, a uma unidade sociocultural, ou seja, uma população estável, que ocupa um espaço geográfico determinado e possui instituições e organizações sociais e culturais comuns, entre as quais a língua como quase um sinônimo de cultura.

As ideias de etnia e de cultura desenvolvidas pela Antropologia na primeira metade do século XX estão profundamente relacionadas a uma experiência europeia que assimila um povo = uma língua = uma cultura = um território e chama isso de *nação*,

As ideias de etnia e de cultura desenvolvidas pela Antropologia na primeira metade do século XX estão profundamente relacionadas a uma experiência europeia que assimila um povo = uma língua = uma cultura = um território e chama isso de *nação*, como vimos na segunda parte deste texto. É como se a antropologia e os saberes coloniais tivessem transposto para as sociedades extraeuropeias seu próprio conceito de *nação*, mas em menor escala. Daí a orientação de que a uma etnia corresponde uma cultura. A diferença, nessa visão, é que os povos europeus são dotados de história, e os povos primitivos pareciam conhecer a *história* somente com a colonização e a chegada da “civilização”.

Essa visão, é que os povos europeus são dotados de história, e os povos primitivos pareciam conhecer a *história* somente com a colonização e a chegada da “civilização”.

É importante ressaltar aqui que **a Antropologia nasceu como ciência colonial**, uma forma de conhecimento e narrativa europeia e norte-americana, sobre os povos não europeus, **no interior de um projeto de expansão**. Expansão não somente militar, econômica e administrativa, mas também missionária e de alargamento dos discursos europeus sobre “o outro” e sobre a diferença. **Aqui, conhecer e falar sobre “o outro/a” é uma das formas de exercer poder sobre esse “outro/a”.**

Pode-se relacionar uma *Antropologia evolucionista*, que ordena todas as sociedades numa linha de maior ou menor civilização, com a necessidade de justificar a expansão europeia sobre povos e territórios. Já a *Antropologia funcionalista*, que busca compreender cada sociedade como um sistema orgânico, funcional e sincrônico, parece ter sido feita sob medida para a disseminada tarefa de “conhecer para melhor dominar”. Todavia, as relações entre Antropologia e colonialismo e entre antropólogos e políticas coloniais não são assim tão simples e lineares; seria um reducionismo ver a Antropologia apenas sob a ótica de um instrumento de poder e controle a serviço da colonização. Entretanto, não há aqui espaço para desenvolver essa reflexão.

GLOSSÁRIO

Método etnográfico – é o método de pesquisa que pressupõe a interação prolongada entre o/a pesquisador/a e o sujeito da pesquisa e a vivência cotidiana do/a pesquisador/a no universo do sujeito. O método foi desenvolvido com a descoberta do Novo Mundo e seus habitantes. Intelectuais de origem europeia queriam conhecer esses diferentes povos, sua história, cultura, padrões morais e civilizações. As primeiras observações etnográficas foram os relatos dos/das administradores/as das colônias e de missionários/as. Era o olhar do/a colonizador/a sobre o/a colonizado/a. Saiba mais em <http://institutofonte.org.br/aproximacao-com-a-etnografia> Acesso em 28 de Abril de 2010.

Determinismo racial – a teoria determinista vê o ser humano como produto de três fatores – meio ambiente, raça e momento histórico. O determinismo racial afirma que a “raça” determina, ou seja, define as escolhas, as características morais e intelectuais. Para o determinismo racial, existe uma raça superior, a branca, e raças inferiores (não brancas).

DARWINISMO SOCIAL**QUAL A LINHA QUE SEPARA O “NÓS” DOS “OUTROS”?**

As teorias raciais e o clima científico, intelectual e político da época são incompreensíveis sem mencionar **Charles Darwin e sua obra revolucionária, *A origem das espécies***. A teoria da evolução por ele formulada buscava explicar o desenvolvimento das espécies por meio da **seleção natural**, ou seja, da herança genética e do processo adaptativo ao meio ambiente, das espécies, que deixavam mais descendentes.

As teorias que vieram a ser conhecidas por darwinismo social procuravam uma aplicação no mundo social das teorias darwinistas sobre adaptabilidade, sobrevivência e evolução das espécies.

Ao contrário do que muitos pensam, não foi Darwin quem cunhou a ideia da “sobrevivência do mais forte” no sentido de um conflito entre espécies ou dentro de uma mesma espécie. Essa ideia foi expressa pelo sociólogo inglês Herbert Spencer, que também defendia a ideia de que o progresso humano tem como base a hierarquia racial, sem misturas. As teorias que vieram a ser conhecidas por darwinismo social procuravam uma aplicação no mundo social das teorias darwinistas sobre adaptabilidade, sobrevivência e evolução das espécies, que na

teoria original se restringia ao mundo natural. Introduz-se a ideia de “luta pela vida” dentro de uma mesma espécie que compete pelos mesmos recursos, os quais são escassos. Assim, **os diferentes grupos humanos não apenas se desenvolveriam por intermédio da adaptabilidade ao meio, mas também pelo conflito, a partir da qual os/as mais aptos/as ou fortes sobreviverão** e subjugarão os/as outros/as.

O darwinismo e o darwinismo social permitiram a integração de um grande sistema de pensamento prevalecente do século XIX: a origem das espécies e entre elas, a humana; a distinção das raças e a superioridade de umas sobre as outras; a teoria do progresso histórico e social ilimitado, como submetido a uma lei natural e universal.

Note-se que as ideias do darwinismo social não foram empregadas apenas para justificar a expansão colonial europeia sobre Ásia e África. Os argumentos científicos anti-igualitários e de justificação do exercício do poder de fortes sobre fracos/as se deram no contexto da disseminação de ideias socialistas e do crescimento da pobreza na Europa. Nesse contexto interno à Europa, é importante mencionar que várias das características raciais inferiores associadas aos povos de cor ou semitas eram também atribuídas às “classes inferiores”, justificando, dessa forma, sua pobreza pela sua incapacidade inata; **nessa visão, as classes baixas europeias seriam braquicéfalas, tal como os/as negros/as**. Classe e raça aqui se encontram, do mesmo modo que

Classe e raça aqui se encontram, do mesmo modo que raça e gênero seriam também indissociados pelas características mentais e psicológicas inferiores atribuídas às mulheres.

raça e gênero seriam também indissociados pelas características mentais e psicológicas inferiores atribuídas às mulheres, comprovadas pelo índice encefálico diminuto, relativo ao homem branco.

As teorias de “sobrevivência do/a mais apto/a” ou “lei do/a mais forte”, propagadas pelo darwinismo social são associadas ao vocabulário nacionalista que defendia a busca de “espaço vital” para o desenvolvimento das nações. Tudo convergiu para o estímulo a um ethos guerreiro, militarista, que encontrou canalização na expansão colonial, justificada pelo direito das raças fortes ou “ativas” de dominarem as raças fracas ou “passivas”. Posteriormente, esse militarismo redundaria na eclosão da Primeira Guerra Mundial. Nesse ideário, os costumes civilizados e o pacifismo eram vistos como um enfraquecimento das “raças fortes” que poderiam ser dominadas por raças mais prolíficas, como a semita. **A instigação militarista vai ao encontro das teorias eugênicas, pela eliminação de outras raças, e impulsiona ideologicamente a expansão colonial.**

É importante ressaltar aqui que, embora a **expansão colonial europeia tenha como imperativos fatores econômicos, demográficos, comerciais e outros, o contexto ideológico europeu foi fundamental para seu sucesso.**

O debate sobre raça e expansão colonial no século XIX não se limitou aos gabinetes, sociedades geográficas e academias. **Houve notável popularização das teorias científicas, especialmente da ciência raciológica, por meio de jornais e livros de grande tiragem. Não se pode dizer, portanto, que o racismo fosse uma pseudociência, mas sim uma ciência popularizada e reconhecida.** O debate sobre evolução humana e o possível parentesco entre humanos e macacos ocupou a imprensa e o debate público. Nessa época, foram criados importantes museus etnográficos, onde era exposta a cultura material de povos distantes, bem como zoológicos onde se expunham não apenas os animais exóticos vindos da África, Ásia e América, como também as pessoas desses lugares representando as “raças inferiores” que atestavam seus costumes “primitivos e exóticos”, pondo em “evidência” a evolução humana e a superioridade da raça branca. No Módulo 2, ao falarmos sobre *Gênero e hierarquia social*, trouxemos o exemplo da *Vênus Hottentot*, que retratava o primitivismo genital e sexual das mulheres negras, apresentado como provas irrefutáveis de sua tendência à delinquência, prostituição e concubinato.

A grande afluência às exposições coloniais, dava mostra do enorme apoio popular à expansão colonial e à sedimentação do racismo e da ideologia colonial.

A grande afluência às exposições coloniais, onde o conjunto dos povos e culturas submetidos ao domínio europeu era mostrado como num zôo, dava mostra do enorme apoio popular à expansão colonial e à sedimentação do racismo e da ideologia colonial.

A explicação evolutiva para a origem e desenvolvimento das espécies naturais e a integração humana no mundo natural submetido às mesmas leis da evolução e da adaptação deu ao Evolucionismo, que já era uma doutrina corrente, bases nas leis naturais e universais. Saímos do terreno das ciências biológicas e entramos agora nas nascentes Ciências Sociais. Diferente da Sociologia fundada por

Comte, que buscava as leis das sociedades “evoluídas”, ou industriais, o Evolucionismo Cultural ou Antropologia Evolucionista era uma ciência ainda em desenvolvimento, voltada para a análise, comparação e reflexão sobre as culturas dos povos não europeus, cuja maioria se encontrava em processo de submissão às potências coloniais.

De acordo com as teorias da época, a Antropologia Evolucionista tinha um caráter mais especulativo do que metódico e pensava as “sociedades primitivas” como estágios evolutivos inferiores do desenvolvimento das civilizações, tomado como um processo universal. As civilizações, de forma semelhante às raças, eram organizadas numa escala evolutiva linear, na qual a civilização ocidental estaria evidentemente no topo da civilização e **as então chamadas “sociedades primitivas”, na “infância da humanidade”**. Seus costumes eram entendidos como “testemunhas do passado”, costumes que os povos civilizados teriam abandonado ao longo da sua marcha civilizatória. **As sociedades foram então reduzidas a três estágios civilizatórios: primitivismo, barbárie e civilização.**

As civilizações, de forma semelhante às raças, eram organizadas numa escala evolutiva linear, na qual a civilização ocidental estaria evidentemente no topo da civilização.

Esses/as antropólogos/as, entre os quais têm destaque James Frazer, Maine, Edward Tylor e Lewis Morgan, buscavam especular sobre as origens das instituições sociais – religiosas, jurídicas, da família, do direito etc. Os estudos dos povos primitivos poderiam lançar luz sobre o remoto passado europeu. Os Evolucionistas procuravam por meio da distância espacial – busca de povos longínquos ou remotos – conhecer o que estava distante, no tempo, da história europeia.

Presumindo a unidade do gênero humano e **interpretando as diferenças culturais como etapas diferentes da evolução inevitável da humanidade, rumo à civilização já alcançada pelos povos europeus, os evolucionistas culturais davam muito menos ênfase às teorias raciológicas. A conquista colonial, assim, era perfeitamente justificável pela missão civilizadora realizada pelos/as europeus/eias, dominando povos inferiores e levando-os ao progresso.** Note-se que, nessa perspectiva, os determinismos raciais são minimizados, pois a expansão da civilização cedo ou tarde faria progredir todos os povos de todas as raças sob o comando do Ocidente.

GLOSSÁRIO

Comte – Augusto Comte (1798-1857), filósofo francês, foi o fundador da Sociologia. Comte adotou o método científico como base para a organização política da sociedade industrial moderna. Para Comte, o desenvolvimento intelectual humano havia passado por um estágio teológico em que o mundo e a humanidade foram explicados pelos deuses e espíritos; depois, as explanações estavam nos termos das essências, de causas finais e de outras abstrações; e, finalmente, passou-se para o estágio positivo moderno. Este último estágio se destacava pela consciência das limitações do conhecimento humano, buscando-se a descoberta das leis baseadas nas relações observáveis entre os fenômenos naturais. Para Comte, a Sociologia, ápice de toda a ciência, reduzia os fatos sociais a leis científicas e sintetizava todo o conhecimento humano. Comte dividiu a Sociologia em dois campos principais: Estática social, ou o estudo das forças que mantêm unida a sociedade; e Dinâmica social, ou o estudo das causas das mudanças sociais. Saiba mais em <http://www.cobra.pages.nom.br/fcp-comte.html> Acesso em 28 de Abril de 2010.

O RACISMO CIENTÍFICO

EXISTIRIA UMA FUNÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE RAÇA E NA INSTAURAÇÃO DO RACISMO?
QUAL O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS NAÇÕES EUROPEIAS EM MEIO ÀS DIVERSIDADES ÉTNICAS E CULTURAIS?
HISTORICAMENTE, QUAIS FORAM AS COMBINAÇÕES ENTRE ETNIA, RAÇA, CLASSE E PODER?
COMO SE PRODUZ O SENTIMENTO DE NACIONALIDADE E PERTENCIMENTO?
FALAR A MESMA LÍNGUA É SUFICIENTE PARA SE SENTIR PERTENCENTE A UMA MESMA NAÇÃO?
QUAIS AS RELAÇÕES ENTRE RAÇA, LÍNGUA E RELIGIÃO, NA PRODUÇÃO DE RACISMOS?
COMO A IDEIA DE "COMUNIDADE" E DE "NÓS" SE RELACIONA COM A DIVERSIDADE ÉTNICA E RACIAL?
QUAIS OS ARGUMENTOS DAS CIÊNCIAS PARA EXPLICAR E JUSTIFICAR O RACISMO?

A construção da raça como teoria científica e a emergência do racismo como fenômeno estruturante da história mundial no século XIX derivam de dois processos. Um, da consolidação do Estado nacional como forma, por excelência, de ordenamento político e territorial europeu. Dois, das relações intensificadas da Europa com os outros povos a partir da expansão europeia na era contemporânea imperialista. Há, portanto, um processo intraeuropeu e outro extraeuropeu que se põem em relação.

Os estudiosos da emergência do Estado nacional na Europa concordam atualmente que sua construção foi um fenômeno relativamente recente. O Estado nacional conheceu uma história lenta surgida do declínio do sistema feudal medieval e ligado à emergência do capitalismo e do sistema de classes, liderado pela burguesia. Entretanto, como apontado por Anderson (ANDERSON, 1989:14), um dos principais renovadores dos estudos sobre o nacionalismo, este tem por característica a formulação de um conjunto de discursos, práticas e símbolos nos quais a nação se faz parecer muito antiga.

A busca das origens da nação num passado remoto é uma das formas mais eficazes de conferir a legitimidade de uma nação frente às outras e frente aos grupos internos que pretende unificar.

A busca das origens da nação num passado remoto é uma das formas mais eficazes de conferir a legitimidade de uma nação frente às outras e frente aos grupos internos que pretende unificar. Essa unificação tem uma dimensão territorial, bem como uma dimensão econômica: formação da economia nacional, criação de forças produtivas, de um mercado consumidor interno. Do ponto de vista político e administrativo, exigiu o reordenamento de grupos sociais, regionais e classistas

sob um comando legítimo – por meio da consolidação das monarquias e depois repúblicas ou pactos civis e unificação burocrático-administrativa.

Será, no entanto, a unificação cultural – por intermédio da unificação linguística ou da sobreposição de uma língua nacional sobre outras, da disseminação da imprensa e da criação e expansão da escola pública e laica, além da criação e propagação de eventos e símbolos nacionais e cívicos – que

vai criar aquilo que Anderson chamou de “comunidade imaginada”, ou seja, um sentimento difuso, mas profundo de pertença que supera as relações tradicionais de pequena escala, então baseadas nas relações face a face ou de linhagem. Essa “**comunidade imaginada**” se constrói principalmente a partir da **produção e do reconhecimento de uma história comum** permitindo que pessoas se reconheçam como **pertencentes a um mesmo grupo**.

Alguns autores, dentre os quais Norbert Elias (1993), **indicam dois modelos principais de Estado-Nacional**. Um que baseia seu **pertencimento por meio do suposto de uma origem comum (fundamento ético de nação)** e outro que declara o fundamento da nação pela **lealdade dos/as cidadãos/ãs a um aparato jurídico-territorial (fundamento civil de nação)**, cujo símbolo está na ideia de “**contrato social**”). Esses modelos encontram seus respectivos “tipos ideais” na Alemanha e na França. Entretanto, historiadores/as e antropólogos/as concordam que em toda formação nacional existe sempre algum argumento de tipo étnico, orientado por um *mito de origem* que funda a nação sob uma base cultural, histórica, redundando numa origem ou “natureza” comum. Nessa base, **o étnico enquanto origem comum de um povo se confunde com o racial**, no sentido de perceber a origem como uma “natureza” da nação.

Na etimologia da palavra “raça” encontramos os termos *linhagem* ou *cepa* que relacionam raça à ideia de grupo de descendência.

Na etimologia da palavra “raça” encontramos os termos *linhagem* ou *cepa* que relacionam *raça* à ideia de grupo de descendência. **Povo e raça aparecem assim como termos intercambiáveis**, não sendo incomum a referência a distintos povos europeus como *raça*: raça alemã, italiana ou francesa, por exemplo, e referência a povos estrangeiros como “raças estrangeiras”. *Raça* e *etnia* (ethnos = povo) são, nesse contexto, termos sinônimos. Assim *raça* na Europa das nações assumiu uma vastidão de significados, sobretudo aqueles associados a elementos culturais, especialmente a língua e a religião.

Um dos ideólogos do nacionalismo de base étnica foi o escritor e filósofo alemão Herder (1744-1803). Segundo ele, a nação possuía um caráter moral comum, ao mesmo tempo *natural* e *cultural*. Era baseada no parentesco, na ideia de sangue, mas também na partilha de uma língua comum. Herder foi o pensador-chave do chamado *romantismo alemão*, cujas concepções de nação são ancoradas no passado. O ideário nacionalista alemão se organizou em torno da construção da memória sobre um passado expansionista germânico após a queda de Roma (fim da Antiguidade) e da unidade da língua alemã.

Se **todos os países se compõem, na realidade, de uma mistura** historicamente variável **de culturas e povos distintos, os meios políticos e ideológicos de lidar com essa diversidade foram variados**. Na França, por exemplo, a história nacional se expressava pela “querela entre as duas raças”, opondo duas etnias distintas, os galo-romanos (gauleses) e os francos (germanos). Os/As primeiros/as eram reconhecidos/as como os/as autóctones, ou seja, os/as habitantes originários/as do território, e os segundos, os/as conquistadores/as. A aristocracia francesa, pensada como tendo uma origem franca, assentou-se no chamado “direito de conquista” para garantir sua legiti-

A origem étnica pode estar associada a classes e estamentos. E a superioridade de uma classe sobre outra – aristocratas sobre plebeus – pôde revestir-se de um caráter étnico e racial.

dade sobre os/as plebeus/eias gauleses/as. A virada cultural que acompanhou a vitória política do Terceiro Estado sobre a monarquia – a Revolução Francesa – assumiu a antiga associação entre plebeus/eias (representados/as pela burguesia) aos/às gauleses/as reivindicando o seu direito de anterioridade e autoctonia sobre o/a forasteiro/a franco/a-germano/a, agora percebido como usurpador/a. Percebe-se aqui como a origem étnica pode estar associada a classes e estamentos.

E a superioridade de uma classe sobre outra – aristocratas sobre plebeus – pôde revestir-se de um caráter étnico e racial.

Unificar povos e construir uma nação passa, portanto, pelo esforço de dar a ela uma origem comum, ratificada pela história. Significa buscar nas origens dos tempos a saga, o símbolo ou o tempo glorioso no qual se funda uma nação predestinada ao *progresso*. A construção da história, com um passado reconhecível, permite a legitimação do seu presente como garantidor de um futuro brilhante e feliz. A Itália, uma das últimas nações europeias a obter sua unificação política, se valeu, por exemplo, das glórias do antigo Império Romano e do período clássico para conferir uma coerência a uma história que, de fato, foi extremamente fragmentada do ponto de vista político, cultural e linguístico.

Unificar povos e construir uma nação passa, portanto, pelo esforço de dar a ela uma origem comum, ratificada pela história.

Não é nossa intenção aqui inventariar os mitos de origem que ressaltavam um passado de honra e glória, escolhidos por cada nação europeia, para atribuir significados de continuidade a uma realidade política e cultural então em curso. Mas é importante mencionar que **esse processo**, de fato bastante tortuoso, **de seleção, construção e montagem de histórias, tradições e símbolos, impulsionou a homogeneização e integração de grupos socioculturais**, produzindo **uma ideia naturalizada e essencialista de nação**, baseada numa imagem de “raça nacional”.

NAÇÃO E “QUESTÃO JUDAICA”

“minorias nacionais”, grupos estabelecidos conjuntamente nas fronteiras territoriais produzidas pelos Estados, não reconhecidos ou integrados nessas políticas e narrativas,

Esse esforço homogeneizante teve, entretanto, como contrapartida, de afastar para a periferia da nação, ou mesmo para fora dela, grupos cujas histórias e tradições não se enquadravam no modelo idealizado de nação. No interior da Europa, isso produziu uma *miríade* de “**minorias nacionais**”, grupos estabelecidos conjuntamente nas fronteiras territoriais produzidas pelos Estados, não reconhecidos ou integrados nessas políticas e narrativas, **seja por origem, língua ou religião distintas**, seja porque **apareciam como ameaçadores do ponto de vista econômico ou político**. Das ditas “minorias”, o judeu foi o grupo social mais atingido (ARENDDT, 1990).

O mito da raça semita é inseparável da invenção do mito ariano.

A “questão judaica” é o ponto desencadeador da construção da raça no seio do nacionalismo europeu. Entre 1789 e 1815, ocorreu a emancipação dos/as judeus/ias, como política exercida no contexto da expansão napoleônica sobre os países da Europa ocidental. Os guetos foram extintos e os/as judeus/ias obtiveram cidadania plena. A emancipação marcou o fim da legitimidade do argumento religioso para a discriminação contra os/as judeus/ias. Contudo, nesse período, emergiram as teorias raciais nas quais se assistiu à criação da “raça inferior semita”. Um novo vocabulário passa a expressar antigos sentimentos. As consequências da produção do “mito da raça semita” seriam conhecidas em toda a sua dimensão apenas em meados do século XX, na Segunda Guerra Mundial.

O mito da raça semita é inseparável da invenção do mito ariano. O mito ariano foi produto da emergência de uma das grandes ciências do século XIX, a Linguística. Ela respondeu à ansiedade da Europa Ocidental sobre suas origens mais remotas, descobrindo a conexão entre as línguas europeias e as **línguas pérsicas e sânscritas**. No pensamento europeu de então, **a origem “ariana” das línguas europeias supôs, imediatamente, uma origem oriental dos povos europeus, sem relação com os/as judeus/ias, “semitas” e com a língua hebraica, tida até então pela Bíblia como a língua mais antiga ou língua sagrada.**

Vê-se aqui como se **juntam as noções de raça, língua e religião**. Foi se construindo nessa época, portanto, uma *raciologia* que separou, dentro da “raça branca”, dois ramos independentes, os/as arianos/as e os/as semitas/as, no mesmo passo da distinção entre línguas “indo-europeias” e **línguas “semitas”**. **O arianismo se desenvolveu na convicção da produção de uma “raça conquistadora”, a raça ariana, cuja trajetória a pôs no cume da história europeia e cujo futuro se encontra na dominação das outras raças, por esta (Poliakov, 1974).**

A produção de uma alteridade interna, os/as judeus/ias, é paralela à produção de uma alteridade externa, os “povos de cor”, agudizada na expansão colonial. Sobre as raças conquistadas ou expulsas se desenvolveu uma ciência raciológica fundamentada em diversas ciências emergentes: Anatomia, Antropologia Física, Arqueologia, Linguística, Geografia.

a convicção de que as raças europeias eram superiores aos povos de cor ou não brancos era generalizada. (...) A criação do índice cefálico colocava o homem branco no ápice da evolução humana.

É importante assinalar que o *racismo científico* emergiu num período extremamente conturbado da Europa, após as guerras napoleônicas e a unificação de estados-nacionais como Alemanha e Itália. A América já era um continente de países independentes, o tráfico de escravizados/as estava sendo abolido paulatinamente e estava em curso o debate entre escravistas e antiescravistas, dando espaço para a circulação de argumentos liberais. Embora se possa afirmar que as correntes mais inclinadas ao determinismo racial e à hierarquia entre raças eram compostas de setores mais conservadores e antiliberais, a convicção de que as raças europeias eram superiores aos povos de cor ou não brancos era generalizada.

Mesmo os/as antiescravistas, que argumentavam pela liberdade e pelo direito natural dos/as negros/, não eram necessariamente convencidos da igualdade entre as raças.

O determinismo racial já não supunha que o clima ou o ambiente fossem responsáveis pelas características ou degenerações das diferentes raças. É agora a **ciência biológica orientada pelas características morfológicas que determina a moralidade e as diferentes capacidades das distintas raças**, orientando para uma separação entre elas. **Somaram-se-se ao antigo critério de cor outras variáveis** como a forma do crânio, a estrutura do cabelo, o tipo de nariz, lábios, queixo etc. A ênfase sobre as características físicas era favorecida pelo desenvolvimento da antropometria, as técnicas de medição de partes do corpo humano, e pela convicção de que a medição do crânio, suas formas, tamanho e peso seriam determinantes para o cálculo da inteligência e moral da pessoa humana. A criação do *índice cefálico* colocava o homem branco no ápice da evolução humana, **tendo as mulheres brancas e as outras raças ordenadas num contínuo descendente**, com os/as “aborígenes australianos/as”, atrás dos/as negros/as africanos/as, na base da hierarquia das raças.

Embora as raças sejam pensadas aqui como complementares nas suas características, defende-se que se mantenham separadas e hierarquizadas.

A **CIÊNCIA CRANIOLÓGICA** distinguiu dois tipos extremos de crânio pelo tamanho e forma, o *dolicocefalo* e o *braquicefalo*. Os brancos arianos seriam os detentores do primeiro tipo, superior ao segundo, tido como característico dos semitas e outras raças. As raças são agrupadas por essa nova ciência em três básicas – branca, amarela e negra – às quais correspondem as características respectivas de inteligência, industriiosidade e sentimento. Note-se a subdivisão já mencionada da raça branca, entre os arianos e semitas. Há uma febre de divisões e subdivisões dentro das diferentes raças principais, a partir das medições da antropologia física e correlações com outras características. Embora as raças sejam pensadas aqui como complementares nas suas características, defende-se que se mantenham separadas e hierarquizadas.

CIÊNCIA CRANIOLÓGICA

Para demonstrar a inferioridade racial de grupos não brancos, chegou-se a classificações tipológicas baseadas em características fenotípicas dos indivíduos. Dessa forma, Peter Camper forjou a inferioridade dos/as negros/as a partir da medição do rosto. Ao verificar que os negros e as negras são mais prognatas que os/as brancos/as em suas feições, como na zona do nariz, deu como certo que os aqueles estavam mais perto dos primatas. O argumento baseava-se no fato de que a extensão do ângulo facial influenciava o crânio e este, por sua vez, as capacidades intelectuais, mentais e morais do indivíduo, abrindo caminho para a grande ciência que reinou nesse século: a antropologia física. Assim como o índice cefálico, a capacidade craniana e a anatomia comparada foram também materiais dos quais os antropólogos físicos se valeram para explicar as diferenças fisiológicas entre as raças. Desse modo, as diferenças culturais eram explicadas em termos de diferenças biológicas. A Antropologia criminal foi outro campo aberto por meio das teorias do médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909), que defendia ser possível reconhecer um/a “criminoso/a nato/a” por suas características físicas. A frenologia, ou o estudo das características da cabeça e da fisiologia, tem origem nas pesquisas desenvolvidas no começo do século XIX pelo cientista alemão Franz Joseph Gall (1758-1828).

O pavor da mistura das raças era a ideia chave de **Gobineau**, o mais famoso divulgador das teorias racialistas. Muitos/as cientistas e pensadores/as se dedicaram às teorias raciológicas. Gobineau, que foi mais um compilador dessas teorias que um produtor delas, se destacou pelo pessimismo. Enquanto outros/as autores/as estavam certos da futura dominância da raça branca sobre o resto do mundo, seja pela dominação dos/as europeus/eias sobre outros povos ou mesmo por sua eliminação, **Gobineau temia pela degradação da raça ariana pela miscigenação com as raças inferiores**, especialmente os semitas e, portanto, a sua decadência seria um processo inexorável. É no sentido de **defender a retomada da história ariana, do seu passado puro e glorioso que ele se torna o símbolo** ou o proclamador do racismo biológico.

GLOSSÁRIO

Miriade – quantidade indeterminada, mas considerada imensa.

Línguas Pérsicas e Sânscritas



Origem das línguas pérsicas na Pérsia, atual Irã



Origem das línguas sânscritas na Índia

Línguas semitas – Nos estudos linguísticos do século XIX, os termos semita, hamita e camita foram utilizados para referirem-se simultaneamente a grupos linguísticos e a grupos raciais. Note-se a continuidade do uso de termos bíblicos na ciência dessa época. No século XX, o tronco linguístico semita passou a ser designado como “afro-asiático”.

Gobineau – Uma das obras mais importantes do século XIX, para as doutrinas racistas, foi o *Essai sur l'inégalité des races humaines*, publicada por Arthur de Gobineau. Para Gobineau e seus/as seguidores/as, a história humana estava determinada pelas raças e era, além disso [...] “uma sucessão de triunfos das raças criadoras, dentre as quais a anglo-saxônica era preeminente” (Skidmore, 1976: 67). Para esse pensador, o fim da humanidade se deveria à “catástrofe” da mestiçagem [...] “A queda das civilizações se deve à degenerescência da raça, e que esta, ao conduzir ao declínio, é causada pela mistura de sangue” (Arendt, 2000: 203). Gobineau, contudo, se referia à classe aristocrática à qual pertencia e, inclusive com sua obra, pretendia contradizer os postulados de seu contemporâneo Karl Marx. Gobineau é apropriado pela burguesia francesa ao final do século XIX, com a finalidade de assegurar e garantir sob seu domínio as suas colônias, em nome de uma supremacia francesa.

ESCRavidÃO, RAÇA E MESTIÇAGEM

HISTORICAMENTE, COMO O CONCEITO DE RAÇA OPEROU NAS REALIDADES?
COMO “RAÇA” INFLUENCIOU E DEFINIU AS POLÍTICAS? ESCRavidÃO SEMPRE SE REFERIU AOS/
ÀS NEGROS/AS AFRICANOS/AS?
QUAIS FATORES LEVARAM À ASSOCIAÇÃO DO/A NEGRO/A À ESCRavidÃO?

ESCRavidÃO E RAÇA: OS/AS NEGROS/AS, A ANIMALIDADE E A MALDIÇÃO DE CAM

A descoberta das Américas impôs um grande golpe às teorias bíblicas do *monogenismo*, ou seja, a tese da descendência única da humanidade desde Adão. As genealogias do Velho Testamento, que descrevem a dispersão das linhagens dos descendentes de Noé (Genesis, 10), não se referiam aos “povos pagãos” encontrados nas Américas apenas no final do século XV. Esse fato desencadeou um importante debate eclesial sobre a natureza humana, ou não, dos/as indígenas e sobre a postura da igreja frente àqueles /as que povoavam as Américas. O debate foi concluído em favor da tese de Bartolomé de las Casas, que **defendia a humanidade dos indígenas e a possibilidade de conversão e salvação de suas almas**. A entrada dos/as indígenas no universo da humanidade reabriu o campo para o reavivamento das teses sobre a pluralidade da origem humana, que já havia circulado entre pensadores/as medievais, refutando a história do povoamento do mundo até então conhecido pelas linhagens dos filhos de Noé: Jafé (Europa), Sem (Ásia) e Cam ou Ham (África ¹).

Entretanto, **se a humanidade dos/as indígenas os livrou da escravidão, ao menos no plano das orientações do Vaticano, o mesmo não ocorreu com os/as africanos/as**, preferenciais para a exploração escravista no Novo Mundo. Foi, portanto, a partir do tráfico de escravos/as e da escravidão nas Américas que raça começaria a ser associada indelevelmente a negro/a africano/a e a **inferioridade da condição escrava, a ser construída como uma condição essencial dos/as negros/as**.

A escravidão e a relação de exploração entre senhores/as e escravos/as até então era uma instituição largamente conhecida e praticada na história, em diversos tempos e espaços. Ela encontrava justificção no **direito de conquista** – a escravização dos vencidos numa guerra – ou na religião – direito de escravizar pessoas fora do seu grupo religioso, por meio das guerras contra os **“BÁRBAROS” OU “INFIÉIS”**. **A escravidão até então jamais esteve circunscrita a um grupo específico, não era associada a nenhuma condição permanente ou essencial** e nem tinha sido objeto de reflexão sistematizada.

Articulada ao lucro do comércio escravista, a justificativa da escravidão africana no período mercantilista se assentou em várias convicções de ordens distintas sobre a natureza do/a negro/a.

–

1. Note-se que África bíblica se refere à África do Norte, conhecida pelos judeus na era pré-cristã. Os povos da África sub-saariana começariam a ser conhecidos apenas séculos mais tarde, no período medieval, com a expansão árabe, no século VII.

“BÁRBAROS” OU “INFIÉIS”

Os/As indígenas de toda América do Sul eram considerados/as “bárbaros/as” ou “infiéis” pelos/as missionários/as católicos/as como os/as jesuítas, dominicanos/as e franciscanos/as. O argumento era de que eles/elas desconheciam a “verdadeira fé”, a fé católica, e por isso deveriam ser catequizados/as. Pela catequização se tentou exterminar a religião, a cultura e os valores indígenas. Além da escravidão de indígenas, as ordens religiosas proibiam a pajelança, a poligamia, o nomadismo, a nudez e a antropofagia.

A consolidação da escravidão nas Américas e a associação de “escravo/a” a “negro/a”, foi transformando paulatinamente as percepções dos diferentes tipos humanos.

A escravidão atlântica foi objeto da reflexão iluminista dentro do debate sobre o direito natural e a possível extensão destes direitos – de igualdade e liberdade – a toda humanidade. A consolidação da escravidão nas Américas e a associação de “escravo/a” a “negro/a”, foi transformando paulatinamente as percepções dos diferentes tipos humanos. De uma observação que associava a aparência à localização geográfica – brancos, amarelos, negros, indígenas etc –, foram-se aproximando algumas dessas “raças” às características de animalidade, especificamente os/as africanos/as e seus/as descendentes. Posicionando o/a negro/a no extremo da animalidade, como um espelho invertido da Europa civilizada, os/as indígenas americanos/as estavam, nessa reflexão, na posição de homem natural pré-civilizado (o bom selvagem), vistos como testemunhos de um passado não corrompido do “homem e da mulher brancos/as”, tal como descrito por *Jean-Jacques Rousseau*.

Já a reflexão religiosa retomou a interpretação judaica das escrituras, acerca da **MALDIÇÃO DE NOÉ** sobre o filho de Cam, Canaan, que, pela ofensa do pai a Noé, por ter visto o pai nu desmaiado após ter bebido vinho, foi condenado, ele e sua descendência, a servir aos/as filhos/as de Jafé e Sem. A **teoria de predestinação protestante**, de que o destino das pessoas seria determinado de antemão por Deus, **reavivou essa interpretação, dando-lhe um significado no qual a escravidão estaria no destino dos povos africanos**, filhos de Cam, sob o domínio dos filhos de Jafé, europeus.

MALDIÇÃO DE NOÉ

Maldição de Cam - Capítulo 9 do Genesis: “18 E os filhos de Noé, que da arca saíram, foram Sem, e Cam, e Jafé; e Cam é o pai de Canaã. 19 Estes três foram os filhos de Noé; e destes se povoou toda a terra. 20 E começou Noé a ser lavrador da terra e plantou uma vinha. 21 E bebeu do vinho e embebedou-se; e descobriu-se no meio de sua tenda. 22 E viu Cam, o pai de Canaã, a nudez de seu pai e fê-lo saber a ambos seus irmãos, fora. 23 Então, tomaram Sem e Jafé uma capa, puseram-na sobre ambos os seus ombros e, indo virados para trás, cobriram a nudez do seu pai; e os seus rostos eram virados, de maneira que não viram a nudez do seu pai. 24 E despertou Noé do seu vinho e soube o que seu filho menor lhe fizera. 25 E disse: Maldito seja Canaã; servo dos servos seja aos seus irmãos. 26 E disse: Bendito seja o SENHOR, Deus de Sem; e seja-lhe Canaã por servo. 27 Alargue Deus a Jafé, e habite nas tendas de Sem; e seja-lhe Canaã por servo.

Fonte: <http://www.bible-facts.info/comentarios/vt/genesis/index.htm>. Acesso em 28 de Abril de 2010.

A escravidão passou a encontrar justificativa na inferioridade dada pela cor, associada à moral e à capacidade intelectual do/a negro/a, aproximada da animalidade.

Outras teses **poligenistas**, mais afastadas das justificativas religiosas sobre a divisão desigual da humanidade, propunham origens distintas dos diversos povos, baseados nas classificações por tipo e aparência, que era o critério adotado na biologia então nascente. A escravidão passou a encontrar justificativa na inferioridade dada pela cor, associada à moral e à capacidade intelectual do/a negro/a, aproximada da animalidade. A concepção racial aqui, embora não científica, já instaura uma divisão dentro da humanidade que se hierarquiza pela proximidade de uns/umas, mais que outros/as, ao mundo animal.

O debate entre poligenismo e monogenismo dividiu os filósofos iluministas. **O constrangimento dos filósofos e naturalistas mais religiosos em negar o monogenismo redundou nas teorias sobre a hierarquização biológica dos diferentes grupos humanos** a partir da diferenciação geográfica, do isolamento de grupos raciais ou do aperfeiçoamento de alguns grupos e não de outros ao longo do tempo. Sendo assim, **mesmo a aceitação do monogenismo impôs ao racismo gestado nessa época a hierarquização das raças** e a explicação dessa diferenciação pela **degeneração**, como apontaremos mais à frente.

Pode-se afirmar que a naturalização das diferenças e a biologização dos humanos separados por raças só foi possível com o secularismo que permitiu a entrada dos humanos na espécie animal, afastando-o das narrativas bíblicas criacionistas e diluvianas. A virada definitiva de tal concepção se deu com **Charles Darwin**, em 1850, como veremos. Ainda assim, concepções bíblicas como a **predestinação** estão contidas nas concepções de superioridade racial, bem como a disputa entre poligenismo e monogenismo, que embora tenha sua fonte inicial no debate sobre as Escrituras, orientaria o debate sobre a origem das raças até o final do século XIX.

A **hipótese do poligenismo**, segundo a qual a origem da humanidade partiu de vários lugares de forma independente, dando origem a várias subespécies humanas, **foi a mais radical das teorias racialistas. Entretanto, o monogenismo de teor hierárquico acabou por vencer o debate.** De acordo com essa teoria, embora a humanidade seja una, as diferenças raciais determinariam as desigualdades na moral (ética), na beleza (estética), na capacidade de progredir (perfectibilidade). Na realidade, as teses poligenistas haviam se deslocado para a teoria monogenista, na medida em que transformaram a origem múltipla da humanidade na pluralidade das raças que, de tão desiguais, se tornaram, no pensamento racista do século XIX, verdadeiras subespécies independentes que não poderiam se misturar sob pena de se degradarem.

De acordo com essa teoria, embora a humanidade seja una, as diferenças raciais determinariam as desigualdades na moral (ética), na beleza (estética), na capacidade de progredir (perfectibilidade).

AMÉRICA ESCRAVISTA E A QUESTÃO DA MISTIÇAGEM

O racismo foi forjado no contexto da escravidão atlântica, bem como na disputa que buscou excluir os/as judeus/ias na Europa, essencializando sua condição diferencial.

O desenvolvimento das sociedades americanas, estruturadas pelo trabalho escravo, trouxe ao debate a questão da mestiçagem. Não que a mestiçagem fosse uma novidade – e foi justamente o fato da miscigenação que limitou em parte as especulações europeias sobre o parentesco entre o/a africano/a e o macaco, dando espaço para a teoria da humanidade única. **Ganharam força, entretanto, as teorias de degeneração da raça, evidenciadas pelos termos distintos dados ao/à miscigenado/a entre indígena e branco/a – mestiço/a, mameluco/a – e entre negro/a e branco/a: *mulato*, advindo de mula, ou seja, uma espécie infértil e inferior.**

Nas teorias raciais da época, a hierarquização da humanidade era explicada pela degradação ou degeneração da raça negra como fruto do suposto cruzamento entre brancos/as e macacos, ou pela transformação causada pelo clima no escurecimento da pigmentação e queda da civilidade. Com a teoria da degeneração, por meio da hipótese de o/a negro/a ser um/a branco/a decaído/a ou corrompido/a, buscava-se ajustar a nascente ciência raciológica ao monogenismo, dando unidade e origem comum ao gênero humano.

Do ponto de vista societário, nas Américas, os mestiços e mulatos se tornaram uma camada intermediária, subordinada pelo critério da pureza do sangue. Essa camada conheceu lugares distintos nas diversas sociedades escravocratas nas Américas, de acordo com padrões próprios de dominação e com as proporções entre grupos dominantes e subordinados livres. **Encontram-se imensas variações entre diferentes países e mesmo no seio de uma mesma sociedade escravista, desde a produção de uma linha de cor binária (branco/a e não-branco/a) ao aparecimento de camadas hierarquizadas por intermédio das muitas variações de cor, origem e status dos/as mestiços/as.**

Como se percebe nesse conjunto de concepções, a ideia de raça possui origens distintas e alimenta-se de fontes heterogêneas. O racismo foi sendo forjado em espaços e contextos díspares e de rápida transformação. As concepções de raça e os fenômenos do racismo não constituem um processo cumulativo e linear, mas encontram paralelismos, superposições e concorrências.

O racismo foi forjado no contexto da escravidão atlântica, bem como na disputa que buscou excluir os/as judeus/ias na Europa, essencializando sua condição diferencial para além do pertencimento religioso.

A raça pode ter também um significado de linhagem, de origem étnica ou regional, que opõe e mistura qualidades físicas e morais entre povos distintos, como veremos na construção das nações europeias. Raça foi assumindo significados biologizantes e essencialistas no processo histó-

A raça pode ter também um significado de linhagem, de origem étnica ou regional, que opõe e mistura qualidades físicas e morais entre povos distintos,

rico. Esse mesmo caráter biológico ora encontrou teorias mais deterministas ou estáticas, ora se deparou com teorias “construcionistas” de que as raças podem ser produzidas ou forjadas no “cruzamento” entre diferentes raças. As teorias de construção de raça pensavam na positividade da combinação de elementos trazidos por cada “raça” na criação de uma nova ou na predominância de uma raça superior sobre outras inferiores a partir dos cruzamentos entre elas, como veremos na Unidade 3, aos estudar as políticas de branqueamento no Brasil da virada do século XX.

GLOSSÁRIO

Monogenismo – sistema antropológico que considera todas as raças humanas provenientes de um tipo único primitivo.

Jean-Jacques Rousseau (1712- 1778) – filósofo, escritor, teórico e compositor, foi uma das principais figuras do Iluminismo e um dos pensadores da Revolução Francesa. Acreditava que todos/as nascem livres. Essa teoria foi inspiradora de movimentos que buscavam a liberdade, como as revoluções liberais, o marxismo e o anarquismo. Para Rousseau, os problemas “do homem”, usado como sinônimo de humanidade, decorriam dos males vindos da sociedade, por isso era adepto da proximidade com a natureza. Rousseau criou o mito do bom selvagem. Sua ideia, que depois foi apropriada por autores românticos, era de que a natureza humana selvagem era boa e pura e só seria corrompida pela civilização, provocadora da desigualdade.

Poligenistas – defendem a teoria de que a humanidade não tem uma origem comum, mas descende de espécies distintas, de diversos grupos humanos.

Degeneração – perder as características próprias da espécie.

Charles Darwin (1809-1882) – naturalista britânico, criou a teoria da evolução por meio da seleção natural e sexual, que se transformou em paradigma na explicação de fenômenos biológicos e inspirou teorias sociais.

Predestinação – destinado com antecipação, escolhido desde toda eternidade.

A IDÉIA DE RAÇA ATÉ O SÉCULO XIX

QUAL O LUGAR DA DIFERENÇA E DA DIVERSIDADE ENTRE OS GRUPOS HUMANOS?
AS DIFERENÇAS TANTO FÍSICAS COMO DE COSTUMES, DE MORALIDADE E DE RACIONALIDADE TERIAM UMA BASE NATURAL?
SERIA A DIVERSIDADE UMA ROUPAGEM SUPERFICIAL DE UMA HUMANIDADE ÚNICA E UNIVERSAL?
OU A DIVERSIDADE É A CONDIÇÃO PARA QUE SEJAMOS VERDADEIRAMENTE HUMANOS?
QUAIS OS CONFLITOS TEÓRICOS ENTRE HUMANIDADE E DIVERSIDADE?

O racismo como fenômeno histórico emergido no Ocidente tem, em uma de suas origens, o debate do Iluminismo sobre a unidade e a diversidade humana e das sociedades no século XVIII. Esse debate se fez a partir da discussão sobre o *relativismo* e o *universalismo*. É nesse momento que se percebe um afastamento mais nítido do debate teológico em prol de uma visão antropocentrista, com a noção de *direito natural*, ou seja, da ideia de que **a pessoa tem direitos inalienáveis dados pela sua própria natureza humana**.

A partir da diversidade de tipos (aparência) e costumes, associados muitas vezes ao ambiente (clima), buscou-se explicar os diferentes tipos de povos do mundo.

Tais ideias indicam a consolidação da noção de *indivíduo*, central na emergência da modernidade. Isso também significa a entrada da humanidade no reino da natureza, regida por leis positivas, afastando-a de sua subordinação a Deus e suas vontades, ou considerando que Deus possuiria, Ele mesmo, uma racionalidade passível de ser apreendida. Ao mesmo tempo, o pressuposto humanista dessa concepção busca traçar uma linha nítida de separação entre o ser humano e os animais e o domínio dos primeiros sobre os segundos. É na tentativa de distinguir-se dos animais e estabelecer o critério de humanidade a partir da racionalidade e não mais da presença ou não de alma - que marcou o debate teológico sobre a humanidade dos/as ameríndios/as, por exemplo -, que, ao mesmo tempo, se teoriza sobre a diferenciação interna ao gênero humano. A partir da diversidade de tipos (aparência) e costumes, associados muitas vezes ao ambiente (clima), buscou-se explicar os diferentes tipos de povos do mundo que, nessa época, passaram a ser mais conhecidos por intermédio da multiplicidade de *relatos de viajantes*.

O debate entre *unitarismo* e *diferencialismo* deu um passo além da constatação empírica da diversidade humana, debatida desde a Antiguidade, ou seja, aprofundou-se o debate sobre se haveria uma essência humana comum para além de diferenças superficiais (teoria unitarista), ou se a riqueza humana se comporia justamente dessas diferenças (teoria diferencialista). Pôs-se em discussão, dessa forma, o estatuto da *diferença* entre os grupos humanos.

Em outra vertente, o debate entre *relativismo* e *universalismo* se deteve na questão da *verdade* e da posição da civilização europeia em relação às outras sociedades.

Em outra vertente, o debate entre *relativismo* e *universalismo* se deteve na questão da verdade e da posição da civilização europeia em relação às outras sociedades. **O universalismo supôs haver critérios universais para o julgamento moral, o que significa a superioridade das sociedades europeias sobre as outras**, inferiores ou atrasadas em suas crenças e costumes. Já **o relativismo defendeu que a cultura (ou “costume”, como se dizia na época) é constitutiva da humanidade e, assim, diante de tamanha diversidade, não haveria critério possível para julgar outras culturas, tendo com base a sua própria**. Se a crítica apontada aos universalistas era o constante abuso do etnocentrismo ao olhar as outras sociedades, a posição *relativista* incorria no extremo de, ao defender que as sociedades humanas não poderiam ser “medidas”, **tornar impossível a construção de uma base comum**.

Assumimos que é um desafio resumir esse extenso debate que, na realidade, se prolonga até os nossos dias (ver Todorov, 1993), porém pode-se dizer que entre posições muito distintas (etnocêntricas e tolerantes, unitaristas e pluralistas) um dos desdobramentos da vertente universalista foi a suposição de uma hierarquia interna à humanidade.

DA RELIGIÃO À RAÇA: OS JUDEUS

Um ponto de inflexão importante na construção da ideia de raça se encontra na transformação da percepção sobre os/as judeus/judias na Europa, a partir do início do século XV. Os/as judeus/judias passaram a ser discriminados/as não somente como um grupo religioso divergente do cristianismo (a “**casta deificada**”, como eram caracterizados no período medieval), mas também a ser vistos/as progressivamente como uma raça. Esse processo foi anterior ao período iluminista e se iniciou fora do centro irradiador científico europeu.

Emergiu assim um antijudaísmo de cunho racial e politicamente operativo, distinto do antijudaísmo de caráter exclusivamente religioso.

Entre os séculos XV e XVI, na Península Ibérica, na esteira da conversão forçada dos judeus ao cristianismo, a promulgação do “**ESTATUTO DA PUREZA DO SANGUE**” permitiu a manutenção de um sistema de segregação que era antes baseado apenas na filiação religiosa. A ausência de “sangue puro”, presente apenas nos “cristãos/ãs velhos/as”, impedia aos/às judeus/judias convertidos/as “cristão/ãs novos/as”, ocupar lugares na administração do Estado, ou em pos-

ESTATUTO DA PUREZA DO SANGUE

Não apenas os/as cristãos/ãs novos/as, mas mouros/as, negros/as, indígenas e ciganos/as foram também discriminados/as com base nesta lei. Os Estatutos da pureza do sangue que se estabeleceram na Espanha a partir do século XV eram mecanismos discriminatórios contra descendentes de judeus/ias, mouros/as e negros/as, considerados não confiáveis, pois mesmo quando se convertiam e se tornavam cristãos/ãs novos/as, praticavam outros ritos de forma clandestina. Impedia-se que esses descendentes entrassem nas universidades, recebessem títulos de honra, trabalhassem na justiça ou na fazenda. Os Estatutos da pureza do sangue foram mecanismos racistas. Na segunda metade do século XV, os reis da Espanha Fernando de Aragão e Isabel de Castela instauram a Inquisição em terras espanholas para julgar os cristãos/ãs novos/as que praticavam outras doutrinas.

tos de trabalho, receber títulos honoríficos etc, tornando inoperante a assimilação à religião cristã para fins de sua integração. Além dos argumentos religiosos de uma degeneração ou mácula de sangue, ou de uma falta de sinceridade na conversão dos/das judeus/judias, os termos nos quais se deu a legislação fundamentavam-se na origem impura (“sangue”) do *cristão novo*. Emergiu assim um antijudaísmo de cunho racial e politicamente operativo, distinto do antijudaísmo de caráter exclusivamente religioso, exercido pela igreja católica.

A ideia de sangue impuro, de transmissão de *vícios* por intermédio do sangue e da descendência (e mesmo pelo leite de amas judias), deu origem a um protorracismo ocidental e intraeuropeu. Embora costume-se distinguir o racismo *antissemita* de outros racismos, pelo não recurso ao fenótipo (aparência), com a ideia de “sangue” introduz-se a noção de **DETERMINISMO HEREDITÁRIO**, típico do racismo. O não recurso ao fenótipo traz o persistente tema do “judeu/judia invisível e mascarado/a”, posto que se torna um/a novo/a convertido/a, indissociado/a dos/das outros/as, sem as marcas culturais religiosas de outrora, que passa a ser visto/a como perigoso/a porque “disfarçado/a”.

O antijudaísmo racializado indica assim o limite do assimilacionismo via conversão religiosa. Foi nesse período que se reciclaram e propagaram os preconceitos e estereótipos medievais sobre os/as judeus/judias, porém numa forma mais essencializada. É interessante notar a contradição entre a invenção do *sangue puro* e o projeto universalista e expansionista cristão, no bojo das Grandes Navegações e da colonização das Américas.

DETERMINISMO HEREDITÁRIO

A ideia de que o “sangue judeu” poderia condenar toda uma linhagem foi transposto para os Estados Unidos da América como a “regra de uma gota de sangue” (One Drop Rule), uma lei que buscava identificar brancos/as dos não-brancos/as por meio da linhagem e não da aparência. A presença de um ancestral negro/a (ou indígena) classificava uma pessoa como negra ou indígena, conferindo-lhe uma cidadania de segunda classe e abolindo a classificação intermediária de mestiço/a ou mulato/a. A One Drop Rule serviu às leis de segregação racial, somente abolidas em 1967, embora seu fundamento perdure como critério (binário) de classificação racial.

GLOSSÁRIO

Indivíduo – uma construção ocidental, a partir da Renascença e da emergência do direito liberal. Supõe um sujeito dotado de razão e autonomia de pensamento e ação que o afasta das concepções religiosas e tradicionais, as quais o ligavam a Deus e à comunidade. É o indivíduo racional pensado por Descartes que impulsiona a ciência moderna por meio da busca da verdade pela razão metódica. Do ponto de vista político e do direito, o individualismo cria espaço para a teoria do contrato e da limitação da autoridade do Estado pelo direito dos/das cidadãos/ãs. Do ponto de vista religioso, o indivíduo da reforma protestante busca a relação direta e solitária com Deus sem as mediações propostas pela igreja católica. O indivíduo é reconhecido como valor.

Relatos de Viajantes – Para recuperar a história da América Latina e do Brasil em particular no século XVIII e XIX, o relato de viajantes constituem um importante material de informações e pesquisa sobre o cotidiano, grupos étnicos e outros. Os relatos revelam olhares de europeus sobre a realidade das Américas. Há autores que denominam esses relatos como a segunda descoberta da América. Os viajantes se propunham conhecer e aceitar “os diferentes” embora vários relatos sejam carregados de preconceitos. O francês Alcides D’ Orbigny foi designado com 23 anos pelo Museu de História Natural de Paris para visitar, explorar e estudar a fauna e a flora da América do Sul. Viajou por 8 anos pelo Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Peru e Bolívia e dedicou-se também a estudar a população nativa: *“O que mais me surpreendeu ao entrar na cidade foi a grande quantidade de homens de cor, comparativamente a de brancos. É o que suponho há de estranhar mais a todo europeu que desembarque no Brasil. A vista acostumada ao espetáculo de uma população de cor, por assim dizê-lo, uniforme, se habitua com dificuldade a esta mescla de tintas de todos os tons possíveis, do negro ao branco, passando pelo amarelo e o moreno (p.31)... Meu primeiro passeio foi realizado pelo lado do Corcovado....Choças de negros, semeadas pela montanha em pitoresca desordem, elegantes vivendas rodeadas de campos cultivados... Esta paisagem se estende pelo horizonte até o ponto que começam as selvas virgens. Alí toma a natureza um caráter mais agreste e mediante o pensamento é possível retroceder-se à idade primitiva deste lindo país... cheguei a um lugar em que conclui o aqueduto e a água, caindo de pedra em pedra, na selva virgem, forma um pequeno estanque natural que alimenta o próprio aqueduto. Seria preciso ter muito pouca sensibilidade para não emocionar-se diante de tal espetáculo.* In: *Viagem à América Meridional – 1826-1833*. Buenos Aires, Futuro, 1945 – pág 32.

La Condamine - o primeiro dos naturalistas na Amazônia sob comando do Rei da França e consentido pelo rei de Espanha e Portugal em meados do século XVIII - afirma em *LA CONDAMINE* 2000- P. 114; 15; 18: *“Afigurava-se-nos, chegando ao Pará, e saídos das matas do Amazonas, ver-nos transportados à Europa. Encontramos uma grande cidade, ruas bem alinhadas, casas risonhas, a maior parte construída desde trinta anos em pedra e cascalho, igrejas magníficas (...). Recebem as mercadorias da Europa em troca de gêneros do país, que são, além de algum ouro em pó que transportam do interior das terras ao lado do Brasil, todos os diferentes produtos úteis, quer dos rios que vêm perder-se no Amazonas, como das margens deste último a casca do pau de cravo, a salsaparrilha, a baunilha, o açúcar, o café, e, sobretudo o cacau, que é a moeda corrente do país, e que constitui a riqueza dos habitantes (...). O hábito que têm esses índios de se tingirem o corpo de urucum, de jenipapo e de diversos óleos gordos e espessos, o que deve com a continuação obturar-lhes os poros, contribui talvez para*

aumentar também a dificuldade (...). É bem verdade que ainda não tinha morrido metade dos índios. Tal conjectura é confirmada por outro fato".

Publicação disponível para download em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sfooooo73.pdf> Acesso em 03 de Junho de 2010.

Casta deicida – o povo judeu era conhecido, entre os católicos medievais, como casta deicida.

Antissemita – aquele/a que tem aversão e ódio ao povo judeu.

INTRODUÇÃO AO RACISMO

QUANDO E ONDE EMERGE O FENÔMENO DO RACISMO? O QUE É RACIALISMO?

No Módulo I deste curso, ao definirmos raça, afirmamos que “o conceito de raça, tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação” (MUNANGA, 2003:27). Nesse sentido, o racismo, que é indissociado da construção de raça, será abordado neste texto como um fenômeno híbrido e multifacetado, que se combina com outros fenômenos, como o nacionalismo, o imperialismo, o **etnocentrismo**, o classismo etc. Devem-se incluir no fenômeno não apenas as manifestações mais agressivas e evidentes de intolerância e ódio racial, mas também as situações de racismo implícito ou simbólico, **que escapam às categorizações mais óbvias do racismo segregacionista.**

Ao longo da história das concepções de raça e das concepções racistas, percebem-se as metamorfoses das ideias e do vocabulário raciais por intermédio da resignificação do conceito de cultura e das defesas mais extremadas do diferencialismo, ou seja, da defesa da manutenção da diferença cultural e, conseqüentemente, do medo da mistura, seja ela biológica ou cultural.

Devem-se incluir no fenômeno não apenas as manifestações mais agressivas e evidentes de intolerância e ódio racial, mas também as situações de racismo implícito ou simbólico.

Entretanto, se, por um lado, a negação da **assimilação** e da mistura reitera um **racialismo** mais evidente, uma forte necessidade de distinção entre os grupos, por outro lado, a miscigenação, nas concepções nacionalistas, aparece como ideal das sociedades e é defendida como forma de superação das diferenças e de homogeneização do “corpo social”. Nessa visão, a unidade nacional é fruto da fusão ou coincidência entre cultura e raça, condição para se superar uma diversidade inicial, ou seja, quando interna à nação, a diferença é temida e indesejada.

Partindo do pressuposto de que o campo de debate em torno de raça e o fenômeno do racismo tem muitas vertentes, fontes e desdobramentos, nesta unidade abordaremos as origens da ideia de raça e faremos uma recuperação histórica da forma como essa ideia foi construída nas ciências naturais até o século XIX e como foi repensada nas ciências sociais, na Antropologia em particular, a partir do século XX.

Diferenças morfológicas (físicas) e hereditárias, tecnicamente mensuráveis, definiam ou assinalavam as diferenças morais e culturais entre grupos humanos.

Sendo assim, ao iniciar este texto, é essencial definirmos o que entendemos por racismo do ponto de vista histórico.

ALGUMAS TEORIAS E DEFINIÇÕES

Uma das concepções sobre raça e racismo defende que a ideia de raça só teria surgido no século XIX, com a noção científica de raça e com o racismo científico, chamado por alguns de *racionalismo*. Essa posição tende a desconsiderar as concepções de raça presentes no Iluminismo e no tráfico de escravos. Sobre o tráfico, alegam não se conformar numa teoria científica, uma vez que se partia de uma classificação de populações pela aparência, no contexto da descoberta do continente americano (Novo Mundo), da conquista dos seus habitantes e pela montagem do escravismo e tráfico atlântico (a partir do século XVI). Nessa abordagem, as teorias do século XIX trariam uma conceitualização “pseudocientífica” do racionalismo, no qual diferenças morfológicas (físicas) e hereditárias, tecnicamente mensuráveis, definiam ou assinalavam as diferenças morais e culturais entre grupos humanos. Tal **teoria de hierarquização racial (biológica) teria justificado as ações coloniais, segregacionistas e/ou de extermínio de populações ditas inferiores, de ódio racial, bem como as políticas antiassimilacionistas e antimiscigenação**. As consequências deste “racismo científico” foram os eventos dramáticos do **COLONIALISMO**, do **nazismo** e do *apartheid*.

Como vamos detalhar mais adiante, o “racismo científico” do século XIX foi desmontado, enquanto ciência, por meio das argumentações da antropologia moderna, já na década de 1920, e depois pela ciência biológica baseada nos conhecimentos genéticos nas décadas posteriores. Alguns consideraram que, **se o racismo teve grande impulso enquanto produto da ciência de uma época, esse mesmo racismo poderia também ter desaparecido ou esmaecido após ser desmontado pela ciência atual**. No entanto, como já vimos nos estudos até agora, **o racismo e a convicção da existência de raças parecem continuar resistentes às teorias científicas que os desmentem**.

Por essa concepção, associado a uma doutrina científica e ideológica, o racismo atual passaria a ser explicado por intermédio de sobrevivências ou persistências de ideias do passado; enquanto fruto da ignorância, o racismo estaria restrito às manifestações mais agressivas: **xenofobia**, segregação e ódio racial, medo da mistura. No entanto, como já dissemos, essa posição desconsidera o peso e profundidade histórica da produção do racismo séculos antes da emergência do racismo científico (TAGUIEFF, 1997); não atenta para as bases materiais e ideológicas que sustentaram a hierarquização das populações pela aparência, por meio do processo de dominação empreendido na colonização das Américas.

COLONIALISMO

Política pela qual uma nação mantém sob seu domínio econômico, político ou cultural outra nação ou território (Houaiss). A colonização mais recente da África teve início com os descobrimentos portugueses no século XIV. No século XV, a colonização se expandiu entre as potências europeias (ingleses, franceses, holandeses) ligadas à expansão marítima e à necessidade de rotas alternativas para o Oriente. Nessa época, a exploração europeia começou a capturar milhões de africanos/as, dando início ao processo da Escravidão. No século XIX, com a expansão do capitalismo, começou uma nova etapa de colonialismo, com uma nova corrida ao continente africano. Foram criadas novas colônias com Alemanha, Bélgica e Itália. No início da Primeira Guerra Mundial, 90% das terras africanas eram dominadas por países europeus. A colonização não respeitou as características étnicas e culturais de cada povo, o que resultou em conflitos e guerras internas que se estendem até os dias de hoje. A colonização das Américas por portugueses e espanhóis aconteceu principalmente nos séculos XV e XVI. Os/as indígenas moradores/as nas Américas foram perseguidos/as e escravizados/as e as civilizações maia, asteca e inca foram massacradas pela colonização espanhola.

A escravização dos/as africanos/as e seus/as descendentes alternou práticas racistas mais agressivas e exclusivistas e racismos menos evidentes traduzidos em crenças, atos e comportamentos não explícitos, produzindo discriminações mais ou menos veladas, que não impediram a convivência íntima, embora hierarquizada, entre dominados e dominantes distinguidos pela cor e pela origem.

O racismo teria origem na idealização de algumas sociedades, grupos e culturas como modelos a serem seguidos e como parâmetro para julgar as demais sociedades.

A segunda teoria, radicalmente divergente da anterior, entende o **racismo como uma derivação do etnocentrismo**, ou seja, o racismo teria origem na idealização de algumas sociedades, grupos e culturas como modelos a serem seguidos e como parâmetro para julgar **de forma negativa** as demais sociedades. O racismo, nessa visão, seria apenas um modo específico do etnocentrismo, de julgar o “outro” a partir da aparência e hierarquizar grupos humanos pela distinção racial. Nessa teoria, o racismo aparece como algo naturalizado, posto que é apenas um tipo histórico de um modo universal de julgar e agir com relação à “diferença”.

Tal “racismo etnocêntrico” teria ganhado uma roupagem científica no século XIX, no contexto europeu, tomando um desenvolvimento mais radicalizado e universalizado a partir da expansão colonial e da globalização, com as **MIGRAÇÕES EM MASSA**.

Entre uma teoria que pensa o racismo como produto do cientificismo classificatório do século XIX e da hierarquização biológica, e outra que pensa o racismo como variação de uma disposição inerente aos grupos humanos, há uma terceira posição que considera **o racismo como um fenômeno específico da modernidade**, que se constrói a partir da secularização, ou seja, do afastamento da religião como forma de classificar e explicar o mundo, com a emergência do Iluminismo no século XVIII. O Iluminismo está marcado, entre outras coisas, pelo debate sobre o universalismo, o diferencialismo, o relativismo e pela centralidade e supremacia do “homem” e do indivíduo frente aos outros seres vivos. Vale destacar que o termo “homem” usado aqui entre aspas refere-se exclusivamente ao termo utilizado pelos filósofos iluministas para referirem-se à humanidade. Uma das críticas ao **ILUMINISMO**, já explicitada no Módulo 1, é justamente o questionamento ao emprego de “homem” como supostamente universal, denunciando seu caráter particularizado, marcado pelo gênero masculino e pela raça branca.

MIGRAÇÃO EM MASSA

No final do século XVIII e início do XIX, o governo brasileiro desenvolve uma política de imigração em massa para atrair famílias de imigrantes europeus, oferecendo lotes de terra para que se estabelecessem como pequenos/as proprietários/as agrícolas (alemães/ãs e italianos/as em Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Para o Estado de São Paulo, a política imigratória foi de obter mão de obra para a lavoura do café. Os/As imigrantes pobres recebiam passagem e transporte para as fazendas. A escolha da imigração em massa tinha intenção de substituir o trabalho escravo, pois a escravidão estava em crise. A imigração aconteceu em cadeia, principalmente para os Estados Unidos, Argentina e Brasil.

ILUMINISMO

Movimento filosófico, político e social cujas ideias orientaram e inspiraram as profundas transformações europeias dos séculos XVIII e XIX. As ideias principais organizavam-se em torno da noção de progresso e perfectibilidade humana (capacidade de aperfeiçoamento individual), da defesa intransigente do conhecimento racional e científico e da superação de preconceitos tradicionais. Uma das suas pretensões era promover reformas sociais e políticas com instrumentos científicos por meio do racionalismo. O modelo de ciência adotado foi primeiro o fisicalismo (uso dos modelos físicos para compreender e transformar a sociedade), mas depois prevaleceu o modelo da ciência natural (biológico) então nascente. Rousseau, Voltaire, Herder, Hume, Kant, Buffon, Diderot, Lessing são os principais expoentes desse movimento. A Revolução Francesa, principal movimento político legado do Iluminismo, pôs o lema “igualdade, liberdade e fraternidade”, como fundamento filosófico dos direitos humanos. Paradoxalmente, o movimento pela igualdade humana gerou desigualdades profundas..

Certamente há outras interpretações e formas de conceber a cronologia do racismo e do racialismo na história. Vamos nos deter nessas três vertentes, que pensamos ser mais significativas e representativas do conjunto de teorias sobre o tema. Cabe destacar que apostamos que uma perspectiva histórica, a qual busca elucidar o racismo como um fenômeno de longa duração, tem mais sucesso em compreender a durabilidade da raça como um *conceito social* que independe do fundamento racionalista das ciências biológicas. A persistência da ideia de raça se valeu ao longo do tempo de argumentos religiosos, biológicos, culturalistas e nacionalistas, muitas vezes entrelaçados.

A persistência da ideia de raça se valeu ao longo do tempo de argumentos religiosos, biológicos, culturalistas e nacionalistas, muitas vezes entrelaçados.

Por fim, veremos como diversas formas de construir a identidade racial/étnica e a emergência da etnicidade como fenômeno político após a Segunda Guerra Mundial permitiram um novo cruzamento histórico e teórico das noções de etnia e raça.

GLOSSÁRIO

Assimilação – processo social em virtude do qual indivíduos e grupos diferentes aceitam e adquirem padrões comportamentais, tradição, sentimentos e atitudes de outra parte. É um ajustamento interno e indício da integração sociocultural, ocorrendo principalmente nas populações que reúnem grupos diferentes. In Dicionário de sociologia <http://www.prof2000.pt/users/dicsoc/> Acesso em 28 de Abril de 2010.

Etnocentrismo – considerar as categorias, normas e valores da própria cultura ou sociedade como parâmetro aplicável a todas as demais (Definição dicionário Aurélio, 1999, p.849).

Modernidade - período histórico cujas origens remontam ao século XVI, consolidado com as revoluções industriais e liberais do século XVIII. Associado à emergência do capitalismo, tem como características principais a ideia de indivíduo, a emergência do direito liberal e da ciência como campo autônomo (e depois fragmentado em várias especialidades) como ordenadoras do mundo social por meio da supremacia da “razão”. Está associada também a uma nova noção de tempo histórico que organiza passado, presente e futuro por intermédio da ideia linear de desenvolvimento progressivo e contínuo.

Nazismo –ideologia do Partido Nacional Socialista que afirmava a superioridade biológica da raça ariana e por isso a necessidade de dominar as raças inferiores, tais como os judeus, eslavos, ciganos e negros. Pregavam que era preciso exterminar os considerados doentes incuráveis, tais como os homossexuais, epiléticos, esquizofrênicos, retardados, alcoólatras e outros. Com Hitler no poder, a ideologia nazista se dedicou a construir teorias que justificavam o racismo e o antissemitismo. O nazismo surgiu e se fortaleceu numa Alemanha que, após a derrota na Primeira Guerra Mundial, estava em crise e muito enfraquecida e se abriu às promessas demagógicas de Hitler, que prometeu segurança e novas perspectivas.

Racialismo – conjunto das ciências que buscam comprovar que a raça humana está subdividida em outras raças ou sub-raças.

Xenofobia – repulsa ao que é e a quem é estrangeiro/a.